

Brasil PCH S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Brasil PCH S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados de mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visão e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócio dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente novos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.c, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferença de práticas contábeis entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Brasil PCH S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo do ativo diferido conforme descrito na nota explicativa 3 (e). Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011609/O-8-"F"- MG

Jose Luiz Santos Vaz Sampaio
Jose Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC-1BA 015.640/O-3

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15			31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
ATIVOS CIRCULANTES											
Caixa e equivalentes de caixa	9	109.824	111.428	138.158	122.545	Fornecedores		415	610	499	3.635
Contas a receber de clientes	10	-	-	43.745	27.430	Financiamentos - BNDES	18	-	-	82.118	81.293
Dividendos a receber	13 (c) e 14	168.947	141.478	-	-	Empréstimos - PETROS	19	127.272	108.057	127.272	108.057
Adiantamentos a funcionários		-	-	-	138	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		120	120	1.320	1.123
Impostos a recuperar		4.356	1.290	5.687	1.730	Impostos e contribuições a recolher	21	8	8	5.419	1.682
Despesas antecipadas		22	18	1.775	1.554	Provisão para férias e 13º salário		-	-	1.628	1.527
Outros ativos circulantes		406	600	445	260	Dividendos a pagar	25 (c) e 14	46.721	25.874	46.721	25.874
Total dos ativos circulantes		283.555	254.814	189.810	153.657	Receita diferida	22	-	-	56.458	27.865
ATIVOS NÃO CIRCULANTES											
Ativos vinculados - BNDES	11	-	-	28.891	29.931	Provisão para contrato oneroso	24	16.023	16.995	16.023	16.995
Impostos e contribuições diferidas	28	-	-	7.679	6.875	Provisões para riscos	23	-	-	1.372	454
Impostos a recuperar		4.221	4.971	4.613	5.291	Provisões para compromissos futuros	20	-	-	3.162	-
Depósitos judiciais	12	752	273	11.998	7.243	Outros passivos		1.688	1.154	1.784	1.495
Investimentos	13	628.110	595.394	-	-	Total dos passivos circulantes		192.247	152.818	343.776	270.000
Imobilizado	15	35	51	1.113.461	1.132.951	PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Intangível	16	109	236	7.323	18.893	Financiamentos - BNDES	18	-	-	262.987	338.880
Diferido	17	13.831	21.405	-	-	Empréstimos - PETROS	19	518.672	544.897	518.672	544.897
Total dos ativos não circulantes		647.058	622.330	1.173.965	1.201.184	Provisão para contrato oneroso	24	49.846	-	49.846	-
TOTAL DOS ATIVOS											
		930.613	877.144	1.363.775	1.354.841	Provisões para compromissos futuros	20	-	86	32.261	42.910
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
						Provisões para riscos	23	229	229	445	445
TOTAL DE PASSIVOS											
						Total dos passivos não circulantes		568.747	545.212	864.211	927.132
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
						Capital social	25	109.032	109.032	109.032	109.032
						Reserva de lucros		60.587	70.082	46.756	48.677
						Total do patrimônio líquido		169.619	179.114	155.788	157.709
TOTAL DOS ATIVOS											
		930.613	877.144	1.363.775	1.354.841	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		930.613	877.144	1.363.775	1.354.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita líquida de vendas	26	-	-	374.634	348.610
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	15 e 16	-	-	(33.537)	(35.104)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	-	-	(15.939)	(15.896)
Custos com pessoal		-	-	(15.562)	(13.807)
Custos com manutenção		-	-	(6.886)	(5.606)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(5.112)	(4.774)
Custos com seguros		-	-	(2.860)	(3.128)
Custos com operação		-	-	(2.685)	(3.085)
Taxas setoriais		-	-	(854)	(784)
Custos com meio ambiente		-	-	(351)	(387)
Outros custos		-	-	(2.098)	(1.321)
		-	-	(85.884)	(83.892)
LUCRO BRUTO		-	-	288.750	264.718
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com pessoal e administradores		(1.468)	(1.498)	(7.475)	(7.060)
Administrativas e gerais		(137)	(110)	(2.875)	(2.397)
Amortização de despesas pré operacionais	17	(7.574)	(7.574)	-	-
Outras despesas operacionais		(357)	(790)	(2.670)	(4.399)
Perda com contrato oneroso	24	(69.395)	-	(69.395)	-
Outras receitas operacionais	1.4	-	-	7.788	-
		(78.931)	(9.972)	(74.627)	(13.856)
Resultado de equivalência patrimonial	13	236.293	206.958	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		157.362	196.986	214.123	250.862
Despesas financeiras	27	(105.826)	(129.639)	(149.543)	(172.963)
Receitas financeiras	27	9.816	11.637	22.108	18.574
		(96.010)	(118.002)	(127.435)	(154.389)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		61.352	78.984	86.688	96.473
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28	-	-	(17.762)	(9.915)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		61.352	78.984	68.926	86.558
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,65	0,84		
Quantidade média ponderada de ações		94.187.831	94.187.831		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido do exercício	61.352	78.984	68.926	86.688
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>61.352</u>	<u>78.984</u>	<u>68.926</u>	<u>86.688</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	109.032	9.857	7.115	-	126.004
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,08 por ação)	-	-	(7.115)	-	(7.115)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	78.984	78.984
Destinações:					-
Reserva legal	-	3.949	-	(3.949)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,20 por ação)	-	-	-	(18.759)	(18.759)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,60 por ação)	-	-	56.276	(56.276)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	109.032	13.806	56.276	-	179.114
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,50 por ação)	-	-	(56.276)	-	(56.276)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	61.352	61.352
Destinações:					-
Reserva legal	-	3.068	-	(3.068)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,15 por ação)	-	-	-	(14.571)	(14.571)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,45 por ação)	-	-	43.713	(43.713)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	109.032	16.874	43.713	-	169.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	109.032	9.857	7.115	(28.979)	97.025
					-
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,08 por ação)	-	-	(7.115)	-	(7.115)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	86.558	86.558
Destinações:					-
Reserva legal	-	3.949	-	(3.949)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,20 por ação)	-	-	-	(18.759)	(18.759)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,60 por ação)	-	-	56.276	(56.276)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	109.032	13.806	56.276	(21.405)	157.709
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,50 por ação)	-	-	(56.276)		(56.276)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	68.926	68.926
Destinações:					-
Reserva legal	-	3.068	-	(3.068)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,15 por ação)	-	-	-	(14.571)	(14.571)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,45 por ação)	-	-	43.713	(43.713)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	109.032	16.874	43.713	(13.831)	155.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		61.352	78.984	86.688	96.473
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	-	(7.794)	(276)
Juros e atualizações monetárias		105.820	121.537	140.403	159.641
Depreciação e amortização	15 e 16	143	63	33.680	35.104
Amortização do ativo diferido	17	7.574	7.574	-	-
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	-	-	15.939	15.896
Equivalência patrimonial	13	(236.293)	(206.958)	-	-
Constituição do ajuste MRE	22	-	-	15.096	11.969
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		-	-	(436)	95
Perda com contrato oneroso	24	69.181	8.100	69.395	8.100
Provisão para riscos		-	229	668	445
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		-	-	(16.315)	12.661
Adiantamento a funcionarios		-	-	138	33
Impostos a recuperar		(2.316)	(1.751)	(3.279)	(1.164)
Despesas antecipadas		(4)	(6)	(221)	83
Outros ativos		194	38	(185)	(77)
Depósitos judiciais		(479)	(273)	-	(273)
(Pagamento) Recebimento contrato oneroso		(21.605)	13.632	(21.825)	13.632
Fornecedores		(195)	(31)	(1.356)	(2.366)
Obrigações trabalhistas e previdenciarias		-	(25)	197	(457)
Impostos e contribuições a recolher		-	(2)	218	(6.301)
Provisao de férias e 13º salario		-	-	101	237
Outros passivos		534	778	289	116
Receita diferida	22	-	-	(3.145)	(112.486)
Pagamento compromissos futuros	20	(86)	-	(2.638)	(9.665)
Dividendos recebidos		176.108	108.109	-	-
Caixa Gerado nas operações		159.928	129.998	305.618	221.420
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18 e 19	(83.532)	(63.510)	(119.176)	(105.259)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(14.611)	(4.262)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		76.396	66.488	171.831	111.899
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Recebimento (constituição) de depósitos judiciais		-	-	(1.027)	805
Resgate de ativos vinculados - BNDES		-	-	5.731	37.373
Aquisição de imobilizado e intangível		-	-	(2.719)	(3.579)
Outros		-	-	-	368
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		-	-	1.985	34.967
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos	25 (c)	(50.000)	(2.767)	(50.000)	(2.767)
Financiamentos e empréstimos pagos	18 e 19	(28.000)	(28.001)	(108.203)	(107.409)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(78.000)	(30.768)	(158.203)	(110.176)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.604)	35.720	15.613	36.690
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		111.428	75.708	122.545	85.855
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		109.824	111.428	138.158	122.545
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.604)	35.720	15.613	36.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasil PCH S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Brasil PCH") constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR Participações S.A., participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), *com 291 MW de potência instalada*, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. ("Funil")

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dolores do Guanhães (MG). Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física de 14,54 MWm. Iniciou sua operação comercial em 04 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que retornou de 13,09 para 14,54 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física. Aguarda-se ao longo de 2017 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública pelo MME.

- São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física de 13,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

A PCH Santa Fé está localizada no rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian (RJ) e Santana do Deserto (MG). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 26,10 MWm. Iniciou sua operação comercial em 08 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 05 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. ("Carangola")

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física de 9,57 MWm. Iniciou sua operação comercial em 24 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. ("Jataí")

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 20,35 MWm. Iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032. Em 14 de junho de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 38, revisando o valor da garantia física da PCH de 19,25 MWm para os atuais 20,35 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 14 de junho de 2012.

- Bonfante Energética S.A. ("Bonfante")

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian (RJ) e Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física de 13,48 MWm. Iniciou sua operação comercial em 01 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

Apesar de em 30 de setembro de 2016 o Despacho ANEEL nº 2.618 ter notificado a Companhia quanto a exclusão do empreendimento do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia a partir de 01 de janeiro de 2017, em 18 de novembro de 2016 foi publicada a Lei nº 13.360/2016 que ratificou o direito das centrais não despachadas centralizadamente participarem do MRE. Desta forma, em 02 de dezembro de 2016, por meio do Despacho ANEEL nº 3.144, a Agência revogou, de ofício, a decisão de exclusão da PCH Bonfante, garantindo sua permanência no MRE.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 para 13,48 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física. Aguarda-se ao longo de 2017 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública pelo MME.

- Irara Energética S.A. ("Irara")

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Rio Verde (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,21 MWm. Iniciou sua operação comercial em 05 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. ("Calheiros")

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana (RJ) e São José do Calçado (ES). Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física de 10,92 MWm. Iniciou sua operação comercial em 11 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. ("Caparaó")

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, entre os Municípios de Caiana Feliz (MG) e Dolores do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física de 2,61 MWm. Iniciou sua operação comercial em 29 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original passando de 2,36 para 2,61 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física. Aguarda-se ao longo de 2017 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública pelo MME.

- Monte Serrat Energética S.A. ("Monte Serrat")

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian (RJ) e Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física de 18,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 12 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 para 18,28 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física. Aguarda-se ao longo de 2017 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública pelo MME.

- São Simão Energia S.A. ("São Simão")

A PCH está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física de 15,20 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. ("São Pedro")

A PCH está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,41 MWm. Iniciou sua operação comercial em 15 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física. Aguarda-se ao longo de 2017 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública pelo MME.

- Retiro Velho Energética S.A. ("Retiro Velho")

A PCH está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física de 13,15 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032. Em 10 de maio de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 28, revendo o valor da Garantia Física da PCH de 11,06 para os atuais 13,15 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 10 de maio de 2012.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação e energia anual assegurada das investidas da Brasil PCH, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, os números mostram no consolidado capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 153.966 (R\$ 116.343 em 31 de dezembro de 2015). No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas junto a instituições financeiras, decorrentes de empréstimos e financiamentos, e junto a ELETROBRAS, decorrente do ajuste MRE, sendo que estas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE - Consolidado

Todas as controladas do Grupo Brasil PCH fizeram opção por participar com suas PCHs do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das Companhias no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Excepcionalmente para o ano de 2016, os ajustes referentes ao exercício de 2015 não foram efetivados devido a liminar obtida pela ELETROBRAS que, indiretamente, protege todas as usinas do PROINFA e, conseqüentemente, o Grupo Brasil PCH. Para o exercício de 2017 estima-se que a ELETROBRAS irá reter do faturamento da Companhia o montante de R\$ 95.362 referente ao *Generation Scaling Factor* ("GSF") e R\$ 13.601 referente à Tarifa de Energia de Otimização ("TEO") do exercício de 2015 e 2016.

1.2. Repactuação de Riscos hidrológicos - Consolidado

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico referente à todas as PCHs do Grupo, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$ 9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O resultado referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs será totalmente ressarcido por meio da postergação do pagamento de prêmio até 30 de junho de 2020. O registro de tais efeitos foi a constituição de uma despesa antecipada em contrapartida da receita líquida de vendas e custos das vendas de energia. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio na data base de 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 63.527 (R\$ 74.602 em 31 de dezembro de 2015). Este montante de despesas antecipadas será reconhecido no ativo quando incorridos e será amortizado como custo das vendas de energia de forma linear no resultado entre janeiro de 2017 e junho de 2020.

Até 31 de dezembro de 2016, o GSF do exercício de 2015, ainda não foi retida pela ELETROBRAS. Dessa forma, a parcela do GSF ressarcido líquida do prêmio repactuado do exercício de 2015, está apresentada líquida do passivo a pagar registrado na rubrica de receita diferida, tendo o saldo zerado de despesa antecipada. A Companhia possui a expectativa que a retenção dos valores do GSF do exercício de 2015 iniciará partir de 2017.

No exercício de 2016, foi reconhecido no resultado o montante de R\$15.939 (R\$15.896 em 2015), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo das vendas de energia.

Os impactos da repactuação acumulados em cada um dos anos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste GSF (repactuação risco hidrológico)	(95.362)	(90.498)
(+) Prêmio de risco	31.835	15.896
(=) Impacto acumulado repactuação líquido do prêmio	(63.527)	(74.602)
(+) Ajuste MRE GSF - 2015	95.362	90.498
(=) Receita diferida ajuste MRE GSF - 2015/2016	31.835	15.896

1.3. Revisão da Garantia Física

Em 23 de junho de 2015 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009, reestabelecendo as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, além de suspender o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas as PCHs, em exceção da *Funil*.

Em 23 novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física.

Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física. Aguarda-se ao longo de 2017 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública pelo MME.

Em função da garantia física aos seus montantes originais estar vigente com base em uma decisão liminar a Companhia está realizando a provisão dos respectivos valores, conforme divulgado na nota explicativa nº 22.

1.4. Sinistro PCHs Bonfante Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A. e Santa Fé Energética S.A.

A unidade geradora da Bonfante ficou indisponível no final de 2012, devido a verificação de danos no multiplicador de velocidade. Em abril de 2013, a unidade geradora retomou parcialmente a produção, após reparos no multiplicador de velocidade. Em novembro de 2013, houve nova interrupção da unidade em função da substituição de algumas peças, retomando a produção em janeiro de 2014, entretanto, em seguida havendo nova paralisação para correção de vazamento no circuito da unidade hidráulica de regulação - UHR, devidamente sanada em janeiro de 2014.

A unidade geradora II da Monte Serrat ficou indisponível no final de 2013, devido a verificação de danos na grade de proteção da unidade geradora II, sendo a produção retomada em fevereiro de 2014.

A unidade geradora II da Santa Fé ficou indisponível no decorrer do exercício de 2016, devido a verificação de danos no estator do gerador, sendo a produção retomada em agosto de 2016.

Em contrapartida dos sinistros ocorridos nas PCHs do Grupo, a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 7.733 registrados na rubrica de outras receitas operacionais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O respectivo ganho é referente ao recebimento de indenizações por parte da seguradora que montam em R\$ 10.002 menos o custo histórico líquido das depreciações dos respectivos ativos danificados no montante de R\$ 2.269.

Importante mencionar que a Administração da Companhia ainda está realizando discussões junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado e o valor reconhecido como receita de indenização no resultado refere-se ao montante que já foi recebido.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras individuais elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").
- b) As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao ativo diferido reconhecido conforme nota explicativa 3 (e) está demonstrada a seguir:

	31/12/16	31/12/15
<u>Patrimônio líquido</u>		
Saldo da controladora	169.619	179.114
Ativo diferido da controladora baixado para fins de consolidação	<u>(13.831)</u>	<u>(21.405)</u>
Saldo do consolidado	<u>155.788</u>	<u>157.709</u>
<u>Resultado</u>		
Lucro líquido do exercício - Controladora	61.352	78.984
Reversão da amortização do diferido	<u>7.574</u>	<u>7.574</u>
Lucro líquido do exercício - Consolidado	<u>68.926</u>	<u>86.558</u>

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada ou cancelada.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outros passivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas mantiveram o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(c) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando o disposto na Lei 13.360/2016.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, conforme lei 13.360/16. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

(d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 16, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(e) Diferido

Registrado ao custo de formação. Na Companhia, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), desde a data do início de suas operações pelo prazo de dez anos, com previsão final de amortização para o ano de 2018.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser eliminado contra as reservas de lucros.

(f) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(g) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

(h) Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo da vida do contrato.

(i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(j) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e suas controladas.

(k) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as controladas indiretas e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

(l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimos e financiamentos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCHPAR Participações S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A sistemática fiscal adotada pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

(n) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

(o) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

(p) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisadosNormas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

As práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards* - IFRSs") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção desses CPCs novos e revisados, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
• Alterações ao CPC 26 • Alterações ao CPC 36, CPC 45 e CPC 18 • Alterações ao CPC 27 e CPC 04	• Iniciativa de Divulgação • Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação • Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

- | | |
|-----------------------|--|
| • Melhorias Anuais | • Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b) |
| • Alterações à IAS 12 | • Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a) |
| • IFRS 9 | • Instrumentos Financeiros (b) |
| • IFRS 15 | • Receitas de Contratos com Clientes (b) |
| • IFRS 16 | • Arrendamentos (c) |
| • Alterações à IAS 7 | • Iniciativa de Divulgação (d) |

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas indiretas a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.

- Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 94% a 101% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 9. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS (IGP-M - índice de reajuste do contrato) e pelas suas controladas indiretas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (TJLP - índice de reajuste do contrato), conforme apresentado nas notas explicativas nº 18 e 19.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 29.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme nota explicativa nº 30.

- Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

A Companhia e suas controladas não possuem operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

A Companhia e suas controladas indiretas possuem empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de vencimentos dos financiamentos, detalhada na nota explicativa nº 18.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia possui capital circulante líquido negativo visto que suas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo Brasil PCH deve quitar as respectivas obrigações.

Instrumentos a taxa de juros

Controladora

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	415	-	-	-	415
Empréstimos (PETROS) - Principal e Encargos	62.062	65.210	747.277	71.326	945.875
Outros passivos	1.688	-	-	-	1.688
	<u>64.165</u>	<u>65.210</u>	<u>747.277</u>	<u>71.326</u>	<u>947.978</u>

Consolidado

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	499	-	-	-	499
Financiamentos (BNDES) - Principal e encargos	27.927	81.891	309.430	-	419.248
Empréstimos (PETROS) - Principal e encargos	62.062	65.210	747.277	71.326	945.875
Outros passivos	1.784	-	-	-	1.784
Total	<u>92.272</u>	<u>147.101</u>	<u>1.056.707</u>	<u>71.326</u>	<u>1.367.406</u>

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram sua exposição ao mercado de energia de curto prazo.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada (MW)
Bonfante	357	28/08/2001	30 anos	19
Carangola	356	23/12/1999	30 anos	15
Calheiros	12	14/01/2000	30 anos	19,5
Caparaó	369	30/12/1999	30 anos	4,5
Funil	361	23/12/1999	30 anos	22,5
Irara	525	25/09/2002	30 anos	30
Jataí	741	19/12/2002	30 anos	30
Monte Serrat	356	28/08/2001	30 anos	25
Retiro Velho	626	13/11/2002	30 anos	18
Santa Fé	608	06/11/2002	30 anos	30
São Joaquim	404	19/10/2000	30 anos	21
São Pedro	604	19/11/2003	30 anos	30
São Simão	84	23/03/2001	30 anos	27

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do Contrato (milhões de reais)	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETOBRAS	R\$ 281.272	112.902	121,35	235,50	jul-08	jul-28	IGP-M	junho
Carangola	ELETOBRAS	R\$ 202.548	81.307	121,35	235,50	mai-08	abr-28	IGP-M	junho
Calheiros	ELETOBRAS	R\$ 228.228	91.611	121,35	235,50	set-08	set-28	IGP-M	junho
Caparaó	ELETOBRAS	R\$ 54.054	21.696	121,35	235,50	jul-08	jul-28	IGP-M	junho
Funil	ELETOBRAS	R\$ 302.441	121.397	121,35	235,50	mai-08	mai-28	IGP-M	junho
Irara	ELETOBRAS	R\$ 379.529	152.342	121,35	235,50	jul-08	jul-28	IGP-M	junho
Jataí	ELETOBRAS	R\$ 423.293	160.696	121,35	235,50	jun-08	jun-28	IGP-M	junho
Monte Serrat	ELETOBRAS	R\$ 379.134	152.181	121,35	235,50	jun-09	jun-29	IGP-M	junho
Retiro Velho	ELETOBRAS	R\$ 275.484	92.943	121,35	235,50	jun-09	jun-29	IGP-M	junho
Santa Fé	ELETOBRAS	R\$ 546.810	219.495	121,35	235,50	jul-08	jun-28	IGP-M	junho
São Joaquim	ELETOBRAS	R\$ 280.619	112.646	121,35	235,50	mai-08	mai-28	IGP-M	junho
São Pedro	ELETOBRAS	R\$ 387.888	155.704	121,35	235,50	jun-09	jun-29	IGP-M	junho
São Simão	ELETOBRAS	R\$ 319.677	128.322	121,35	235,50	jun-09	jun-29	IGP-M	junho

(*) Base junho/2016.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível e ativo diferido.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Provisões para riscos: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Controladora não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (vi) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado no item 1.1 e 1.2 acima, excepcionalmente no exercício de 2016 a ELTROBRÁS não reteve os valores referente ao GSF e TEO referente ao exercício de 2015. Dessa forma o valor da respectiva rubrica está acumulado. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE.
- (vii) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 29 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (viii) Provisão para contrato oneroso: os contratos onerosos são reconhecidos quando os custos do contrato excedem os benefícios econômicos destes contratos. A nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as premissas utilizadas para determinação do valor dos contratos onerosos.

8. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da sua controlada direta PCHPAR Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Bancos	6	7	152	46
Aplicações financeiras	109.818	111.421	138.006	122.499
	<u>109.824</u>	<u>111.428</u>	<u>138.158</u>	<u>122.545</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 94% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$ 43.745 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 27.430 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRÁS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas no dia de 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - ELETROBRAS, inexistindo contas a receber vencidas na data das demonstrações financeiras.

11. ATIVOS VINCULADOS - BNDES (CONSOLIDADO)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 97% e 98%, do CDI, e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta será utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo apresentado é R\$ 28.891 (R\$ 29.931 em 31 de dezembro de 2015).

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>
Tributários (a)	273	752
Desapropriações e servidões (b)	<u>6.970</u>	<u>11.246</u>
	<u>7.243</u>	<u>11.998</u>

(a) Refere-se à contingência tributária relativo ao PIS/ COFINS sobre receitas financeiras referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto 8.426/15.

(b) Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão.

Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

13. INVESTIMENTOS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCHPAR Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	Controladora	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
No início do exercício	595.394	501.325
Dividendos adicionais aprovados	(147.457)	(63.736)
Dividendos mínimos obrigatórios	(56.120)	(49.153)
Equivalência patrimonial	<u>236.293</u>	<u>206.958</u>
No fim do exercício	<u>628.110</u>	<u>595.394</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR Participações S.A. em 2016 e 2015 são apresentados como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Ativo circulante	116.043	89.133
Ativo não circulante	681.099	647.825
Passivo circulante	169.032	141.479
Passivo não circulante	-	85
Patrimônio líquido	628.110	595.394
Quantidade de ações	327.813.400	327.813.400

Os principais saldos de resultado da PCHPAR Participações S.A. em 2016 e 2015 são apresentados como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro antes do resultado financeiro	236.206	205.619
Lucro antes dos impostos	236.296	206.996
Lucro líquido	236.292	206.958

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2016 e 2015 são apresentados como segue:

	31/12/2016				
	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Bonfante	4.430	85.376	22.720	20.877	46.209
Calheiros	3.701	70.917	19.798	20.376	34.444
Caparaó	845	22.237	4.157	4.034	14.891
Carangola	3.262	52.728	13.571	12.516	29.903
Funil	4.781	75.632	18.949	17.618	43.846
Irara	5.879	109.979	27.705	32.277	55.876
Jataí	6.753	107.193	29.867	26.660	57.419
Monte Serrat	5.932	119.503	24.111	31.942	69.382
Retiro Velho	4.847	104.652	17.868	22.526	69.105
Santa Fé	13.322	134.611	26.381	38.724	82.828
São Joaquim	6.479	69.011	15.237	16.107	44.146
São Pedro	9.307	120.353	22.431	25.134	82.095
São Simão	5.838	96.264	23.836	27.311	50.955

31/12/2015

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	2.533	82.412	16.476	27.930	40.539
Calheiros	2.257	73.168	16.890	26.006	32.529
Caparaó	642	23.025	3.698	5.413	14.556
Carangola	2.062	53.781	10.917	16.349	28.577
Funil	2.555	78.517	16.161	23.501	41.410
Irara	3.522	112.761	22.216	41.048	53.019
Jataí	4.003	110.521	24.564	34.994	54.966
Monte Serrat	4.256	122.190	19.662	40.885	65.899
Retiro Velho	3.094	106.419	14.746	27.467	67.300
Santa Fé	5.961	139.153	17.595	50.347	77.172
São Joaquim	2.832	71.159	10.720	20.951	42.320
São Pedro	3.944	123.977	15.243	32.348	80.330
São Simão	3.052	98.252	17.824	34.598	48.882

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2016 e 2015 são apresentados como segue:

31/12/2016

	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	24.399	18.783	25.286	22.706	20.220
Calheiros	21.214	15.691	15.064	12.755	11.869
Caparaó	4.659	3.101	3.038	2.500	2.330
Carangola	18.792	13.620	13.203	11.869	11.046
Funil	26.439	20.324	19.423	17.049	16.025
Irara	35.922	27.639	27.115	24.225	22.536
Jataí	40.220	31.876	30.755	27.538	25.975
Monte Serrat	35.175	27.573	28.090	24.553	22.700
Retiro Velho	25.351	18.389	18.333	16.262	15.105
Santa Fé	52.448	42.008	37.512	35.101	32.634
São Joaquim	26.002	20.491	20.032	18.172	17.118
São Pedro	34.371	26.856	25.978	22.763	21.437
São Simão	29.642	22.399	21.739	18.562	17.301

31/12/2015

	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	23.051	17.228	17.040	14.364	13.682
Calheiros	19.703	13.787	13.210	10.545	10.014
Caparaó	4.456	2.753	2.699	2.124	2.023
Carangola	17.473	12.657	12.270	10.424	9.959
Funil	23.507	17.767	17.095	14.384	13.731
Irara	33.375	25.344	24.986	21.051	20.108
Jataí	38.324	30.261	29.104	25.474	24.354
Monte Serrat	32.625	24.951	24.349	20.348	19.409
Retiro Velho	23.832	17.265	16.952	14.289	13.632
Santa Fé	47.675	37.128	32.136	28.423	26.988
São Joaquim	24.189	19.204	18.681	16.423	15.758
São Pedro	32.792	25.618	24.755	21.397	20.465
São Simão	27.603	20.755	20.096	16.362	15.605

(c) Dividendos a receber

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	136.698
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	112.889
Dividendos recebidos	(108.109)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>141.478</u>
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	203.577
Dividendos recebidos	(176.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>168.947</u></u>

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Ativo circulante - Outras contas a receber	<u>406</u>	<u>600</u>	-	-
	406	600	-	-
Ativo circulante - Dividendos a receber				
PCHPAR Participações S.A.	<u>168.947</u>	<u>141.478</u>	-	-
	168.947	141.478	-	-
Passivo circulante - Dividendos a pagar				
Chipley SP Participações S.A.	23.828	13.196	23.828	13.196
Eletroriver S.A.	16.026	8.875	16.026	8.875
BSB Energética S.A.	<u>6.867</u>	<u>3.803</u>	<u>6.867</u>	<u>3.803</u>
Total	<u><u>46.721</u></u>	<u><u>25.874</u></u>	<u><u>46.721</u></u>	<u><u>25.874</u></u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

(a) Remuneração da Administração

No ano de 2016 a remuneração da administração foi de R\$1.650 (R\$1.748 em 31 de dezembro de 2015).

15. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Depreciação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos		-	-	74.877	66.863
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	132.121	128.027
Conduto forçado	3,13%	-	-	32.693	33.961
Gerador	3,33%	-	-	77.307	80.057
Comporta	3,33%	-	-	22.855	23.595
Subestação unitária	3,57%	-	-	54.576	57.300
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	22.354	23.428
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	374.540	382.318
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	265.039	274.484
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	3.334
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	<u>35</u>	<u>51</u>	<u>57.099</u>	<u>59.584</u>
Total		<u><u>35</u></u>	<u><u>51</u></u>	<u><u>1.113.461</u></u>	<u><u>1.132.951</u></u>

(b) Movimentação do imobilizado - consolidado

<u>Custo</u>	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u> <u>(*)</u>	<u>31/12/16</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	66.863	7.935	-	79	74.877
Turbina hidráulica	155.561	8.301	(139)	-	163.723
Conduto forçado	43.884	105	-	-	43.989
Gerador	105.127	480	-	-	105.607
Comporta	31.240	1.269	(1.261)	-	31.248
Subestação unitária	77.362	38	-	-	77.400
Estrutura de tensão	30.101	1	-	-	30.102
Casa de força produção hidráulica	445.541	397	(1.034)	1.554	446.458
Reservatório, barragem, adutora	317.815	276	(3.580)	-	314.511
Adiantamento a fornecedores	3.334	-	(1.780)	(1.554)	-
Outras máquinas e equipamentos	80.181	745	(37)	-	80.889
	<u>1.357.009</u>	<u>19.547</u>	<u>(7.831)</u>	<u>79</u>	<u>1.368.804</u>
<u>(-) Depreciação</u>	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/16</u>
Turbina hidráulica	(27.534)	(4.094)	26	-	(31.602)
Conduto forçado	(9.923)	(1.373)	-	-	(11.296)
Gerador	(25.070)	(3.815)	585	-	(28.300)
Comporta	(7.645)	(772)	24	-	(8.393)
Subestação unitária	(20.062)	(2.762)	-	-	(22.824)
Estrutura de tensão	(6.673)	(1.075)	-	-	(7.748)
Casa de força produção hidráulica	(63.223)	(8.917)	222	-	(71.918)
Reservatório, barragem, adutora	(43.331)	(6.141)	-	-	(49.472)
Outras máquinas e equipamentos	(20.597)	(3.193)	-	-	(23.790)
	<u>(224.058)</u>	<u>(32.142)</u>	<u>857</u>	<u>-</u>	<u>(255.343)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>1.132.951</u>	<u>(12.595)</u>	<u>(6.974)</u>	<u>79</u>	<u>1.113.461</u>

(*) Transferências entre ativo imobilizado para o ativo intangível.

<u>Custo</u>	<u>31/12/14</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/15</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	73.971	14.669	(21.777)	66.863
Turbina hidráulica	155.468	93	-	155.561
Conduto forçado	43.547	337	-	43.884
Gerador	105.078	49	-	105.127
Comporta	31.603	4	(367)	31.240
Subestação unitária	77.362	-	-	77.362
Estrutura de tensão	30.102	-	(1)	30.101
Casa de força produção hidráulica	443.385	2.165	(9)	445.541
Reservatório, barragem, adutora	319.795	2.102	(4.082)	317.815
Adiantamento a fornecedores	3.584	-	(250)	3.334
Outras máquinas e equipamentos	79.383	861	(63)	80.181
	<u>1.363.278</u>	<u>20.280</u>	<u>(26.549)</u>	<u>1.357.009</u>

<u>(-) Depreciação</u>	<u>31/12/14</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/15</u>
Turbina hidráulica	(23.772)	(3.762)	-	(27.534)
Conduto forçado	(8.556)	(1.700)	333	(9.923)
Gerador	(21.571)	(3.499)	-	(25.070)
Comporta	(6.563)	(1.082)	-	(7.645)
Subestação unitária	(17.300)	(2.762)	-	(20.062)
Estrutura de tensão	(5.599)	(1.074)	-	(6.673)
Casa de força produção hidráulica	(54.348)	(8.875)	-	(63.223)
Reservatório, barragem, adutora	(37.180)	(6.151)	-	(43.331)
Outras máquinas e equipamentos	(17.361)	(3.236)	-	(20.597)
	<u>(192.250)</u>	<u>(32.142)</u>	<u>333</u>	<u>(224.058)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>1.171.028</u>	<u>(11.862)</u>	<u>(26.216)</u>	<u>1.132.951</u>

16. INTANGIVEL

(a) Composição do intangível

<u>Descrição</u>	<u>Taxa amortização</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Software	20%	109	236	468	569
Medidas compensatórias -licença de operação	10 a 25%	-	-	3.216	8.741
Indenização de terras		-	-	2.837	8.781
Legalização de terras		-	-	802	802
		<u>109</u>	<u>236</u>	<u>7.323</u>	<u>18.893</u>

(b) Movimentação do intangível - consolidado2016

<u>Custo</u>	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/16</u>
Software	1.473	140	-	-	1.612
Medidas compensatórias	14.562	-	(4.233)	-	10.329
Indenização de terras	8.781	-	(5.866)	(79)	2.837
Legalização de terras	802	-	-	-	802
Subtotal	<u>25.618</u>	<u>140</u>	<u>(10.099)</u>	<u>(79)</u>	<u>15.580</u>
<u>(-) Amortização</u>	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/16</u>
Software	(904)	(246)	6	-	(1.144)
Medidas compensatórias	(5.821)	(1.292)	-	-	(7.113)
Subtotal	<u>(6.725)</u>	<u>(1.538)</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>(8.257)</u>
Total do intangível líquido	<u>18.893</u>	<u>(1.398)</u>	<u>(10.093)</u>	<u>(79)</u>	<u>7.323</u>

(*) Transferências entre ativo imobilizado para o ativo intangível.

2015

<u>Custo</u>	<u>31/12/14</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/15</u>
Software	1.139	354	(20)	1.473
Medidas compensatórias	17.027	1.220	(3.685)	14.562
Indenização de terras	1.129	21.275	(13.623)	8.781
Legalização de terras	745	58	(1)	802
Subtotal	<u>20.040</u>	<u>22.907</u>	<u>(17.329)</u>	<u>25.618</u>
<u>(-) Amortização</u>	<u>31/12/14</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/15</u>
Software	(696)	(208)	-	(904)
Medidas compensatórias	(3.066)	(3.206)	451	(5.821)
Subtotal	<u>(3.762)</u>	<u>(3.414)</u>	<u>451</u>	<u>(6.725)</u>
Total do intangível líquido	<u>16.278</u>	<u>19.493</u>	<u>16.878</u>	<u>18.893</u>

17. DIFERIDO

<u>Diferido</u>	<u>Taxa amortização</u>	<u>Controladora</u>	
		<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Encargos financeiros	10%	75.735	75.735
Amortização acumulada		<u>(61.904)</u>	<u>(54.330)</u>
		<u>13.831</u>	<u>21.405</u>

Os encargos financeiros referem-se aos juros e às atualizações monetárias dos empréstimos obtidos pela Companhia especificamente para financiar os projetos das PCHs. Inicialmente, o projeto de construção das PCHs foi elaborado considerando que essas seriam filiais da Brasil PCH S.A. e não empresas individuais, portanto, os empréstimos foram negociados diretamente pela Companhia.

18. FINANCIAMENTOS - BNDES

	<u>Indexador</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		343.715	418.481
Encargos		<u>1.390</u>	<u>1.692</u>
		<u>345.105</u>	<u>420.173</u>
Circulante		82.118	81.293
Não circulante		<u>262.987</u>	<u>338.880</u>
		<u>345.105</u>	<u>420.173</u>

Em 13 de abril de 2006, visando buscar recursos para implementação do projeto, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, com a primeira paga em 17 de novembro de 2008 e a última com vencimento em 16 de agosto de 2021, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas

Vencimentos dos empréstimos apresentados no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2018	79.348
2019	79.348
2020	79.348
2021	24.943
	<u>262.987</u>

Movimentação dos financiamentos

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldo inicial	420.173	498.128
Encargos provisionados	40.779	43.202
Pagamentos	<u>(115.847)</u>	<u>(121.157)</u>
Saldo final	<u>345.105</u>	<u>420.173</u>

Os financiamentos possuem cláusulas financeiras restritivas ("covenants"), incluindo, entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. As cláusulas restritivas e as garantias relacionados ao financiamento são os seguintes:

(a) Pela Brasil PCH S.A.

Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pela PCHPAR Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

(b) Pela PCHPAR Participações S.A.

Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCHPAR Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

(c) Pelas beneficiárias (13 PCHs)

- (i) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos;
- (ii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à ELETROBRAS. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação;

- (iii) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação;
- (iv) Manter Índice de Capitalização Próprio (ICP) igual ou superior a 20% do investimento;
- (v) Manter durante todo período de amortização do financiamento o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado nos demonstrativos financeiros consolidados da PCHPAR Participações S.A. (Controladora da Companhia).

A Administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas atenderam todas as cláusulas financeiras restritivas e que todas as garantias dadas estão em conformidade com o estabelecido no contrato.

19. EMPRÉSTIMOS - CCBS - PETROS

	<u>Indexador</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Cédulas de Crédito Bancário (CCBs):	IGP-M + 9,9% a.a.		
Principal		368.575	386.575
Encargos		277.369	266.379
Total		<u>645.944</u>	<u>652.954</u>
Circulante - Petros		127.272	108.057
Não circulante - Petros		<u>518.672</u>	<u>544.897</u>
Total		<u>645.944</u>	<u>652.954</u>

Em 28 de fevereiro de 2007, no montante de R\$192.000, em 28 de agosto de 2008, no montante de R\$50.000 e em 30 de junho de 2008, no montante de R\$38.000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de CCBs de longo prazo em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., que foram transferidas pelo Banco ABN AMRO Real S.A. à Fundação Petros, com o objetivo principal de substituir a dívida de curto prazo anteriormente contratada através de Notas Promissórias.

Estas CCBs serão pagas em dez parcelas anuais de principal e juros, amortizadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a partir de 12 de março de 2012, considerados os quatro anos de carência.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2018	127.272
2019	127.272
2020	127.272
2021	127.272
2022	9.584
	<u>518.672</u>

Movimentação dos financiamentos

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldo inicial	652.954	622.928
Encargos provisionados	104.522	121.537
Pagamentos	<u>(111.532)</u>	<u>(91.511)</u>
Saldo final	<u>645.944</u>	<u>652.954</u>

As garantias são conforme se segue:

- (i) Penhor sobre as ações ordinárias de emissão da Brasil PCH S.A., nos termos do aditivo do Contrato de Penhor celebrado entre Chipley SP Participações S.A, a Eletroriver S.A e a BSB Energética S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. e a Brasil PCH S.A.;
- (ii) Após o período de construção, deverá utilizar os valores recebidos a título de dividendos, em razão de sua participação na PCHPAR Participações S.A., preferencialmente para o integral pagamento de todos os valores devidos de acordo com essa Cédula, nas datas de vencimento.

A Administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu todas as cláusulas financeiras restritivas e que todas as garantidas dadas estão em conformidade com o estabelecido no contrato.

20. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

		Consolidado					31/12/16
		31/12/15	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização	
Provisão para compromissos socioambientais	(a)	15.927	241	(4.795)	(378)	472	11.467
Provisão para medidas compensatórias	(b)	12.083	-	(4.233)	(2.255)	1.042	6.637
Provisão para legalização de terras	(c)	1.394	-	(78)	(5)	-	1.311
Provisão para indenização de terras	(d)	13.256	6.910	(4.573)	-	415	16.008
Provisão para honorários jurídicos		250	-	-	-	-	-
		<u>42.910</u>	<u>7.151</u>	<u>(13.679)</u>	<u>(2.638)</u>	<u>1.929</u>	<u>35.423</u>
Passivo circulante		-	-	-	-	(250)	3.162
Passivo não circulante		42.910	-	-	-	(250)	32.261

(*) Refere-se a reclassificação da provisão para honorários jurídicos de compromissos futuros para provisão para riscos.

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - Quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), o qual prevê área total a ser reflorestada pela Companhia. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir, aproximadamente, 517,97 hectares de terras. Adicionalmente, a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 684,52 hectares. Os PACUERAs ainda estão em processo de aprovação por parte dos agentes licenciadores competentes.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - Todas as PCHs do Grupo possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para legalização de terras - A Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - Para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	-	-	4.113	594
INSS a recolher	-	-	524	56
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	-	-	437	345
Outros tributos a recolher	8	8	345	687
Total	<u>8</u>	<u>8</u>	<u>5.419</u>	<u>1.682</u>

22. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

(a) Composição da receita diferida

		31/12/16	31/12/15
Ajuste GSF - 2015/2016 (repactuação do risco hidrológico)	(a)	31.835	15.896
Ajuste TEO - 2015/2016	(b)	13.601	6.400
Garantia de piso de faturamento	(c)	-	3.145
Garantia Física	(d)	<u>11.022</u>	<u>2.424</u>
Total		<u>56.458</u>	<u>27.865</u>

(b) Movimentação da receita diferida

		31/12/15	Constituição	Realizações	Atualização	31/12/16
Ajuste GSF - 2015 / 2016	(a)	15.896	15.939	-	-	31.835
Ajuste TEO - 2015 / 2016	(b)	6.400	6.498	-	703	13.601
Garantia de piso de faturamento	(c)	3.145	-	(3.145)	-	-
Garantia física	(d)	<u>2.424</u>	<u>8.598</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.022</u>
Total		<u>27.865</u>	<u>31.035</u>	<u>(3.145)</u>	<u>703</u>	<u>56.458</u>

(a) Ajuste GSF - 2015 / 2016 - Vide maiores detalhes nas notas explicativas 1.1 e 1.2.

(b) Ajuste TEO - 2015 / 2016 - Vide maiores detalhes nas notas explicativas 1.1.

(c) Garantia de piso de faturamento - Conforme contrato firmado entre a Companhia e ELETROBRAS, quando o faturamento do mês é inferior à 70% do faturamento base (considerando a garantia física do mês e desconsideramos os ajustes de faturamento), a ELETROBRAS garante o mínimo de 70% e realiza o desconto desta no ano subsequente à competência.

(d) Garantia física - Vide nota explicativa 1.3 para maiores detalhes.

23. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da provisão da controladora e consolidado para riscos trabalhistas e ambientais era de R\$1.817 (em 31 de dezembro de 2015, R\$899). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>Saldo final</u>
Trabalhista	445	-	-	445
Regulatório	-	428	250	678
Tributário	454	174	-	628
Cíveis	-	68	-	68
Total	899	668	250	1.817
Passivo circulante	454	-	-	1.372
Passivo não circulante	445	-	-	445

(*) Refere-se à reclassificação realizada de honorários jurídicos da rubrica de provisão para compromissos futuros para provisão para riscos.

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas (a)	3.026	2.820
Cíveis (b)	3.445	3.210
Ambientais	96	96
	<u>6.567</u>	<u>6.126</u>

(a) O maior número de ações trabalhistas da Companhia refere-se à discussão de sua responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.

(b) Existe ação de indenização, cujo valor da causa é expressivo, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações da Companhia estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.

24. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em 04 de dezembro de 2014 a Brasil PCH S.A. e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. No ano corrente, a Companhia identificou este contrato com sendo oneroso em função dos preços de energia contratados serem maiores do que o preço de energia que a Companhia tem expectativa de obter no mercado.

Atualmente, a Companhia realiza a estimativa do contrato oneroso com base no valor da energia divulgado pela curva Dcide, referência no mercado quanto ao preço da energia. A provisão é constituída considerando os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, é ajustada a valor presente utilizando a taxa de mercado DI futuro. Apresentamos abaixo a movimentação ocorrida para o exercício de 2016:

	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo final</u>
Contrato compra de energia	16.995	69.181	(21.605)	1.298	65.869
	<u>16.995</u>	<u>69.181</u>	<u>(21.605)</u>	<u>1.298</u>	<u>65.869</u>
Passivo circulante	16.995				16.023
Passivo não circulante	-				49.846

Com base nas premissas acima elencadas, a Companhia possui a estimativa de desembolso futuro conforme abaixo demonstrado:

Ano	Valor
2017	17.037
2018	16.125
2019	17.111
2020	18.078
2021	<u>17.463</u>
	<u>85.814</u>

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado por 94.187.831 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Quantidade de ações ON	%
Chiple SP Participações S.A.	48.035.794	51,00%
Eletroriver S.A.	32.306.426	34,30%
BSB Energética S.A.	<u>13.845.611</u>	<u>14,70%</u>
	<u>94.187.831</u>	<u>100,00%</u>

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro líquido do exercício	61.352	78.984
(-) Reserva legal	(3.068)	(3.949)
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	58.284	75.035
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>14.571</u>	<u>18.759</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>43.713</u>	<u>56.276</u>

Em 08 de abril de 2016 foram aprovados, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Dividendos a pagar

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.767
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	25.874
Dividendos pagos	<u>(2.767)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	25.874
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	70.847
Dividendos pagos	<u>(50.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>46.721</u>

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Receita operacional bruta:		
Venda de energia elétrica	400.776	257.891
Ajuste de garantia de piso de faturamento	3.145	(3.145)
Ajuste de garantia física	(8.598)	(2.424)
Ajuste de TEO	(6.498)	15.587
Ajuste de GSF	-	90.498
	<u>388.825</u>	<u>358.407</u>
Deduções à receita operacional:		
PIS	(2.526)	(1.746)
COFINS	<u>(11.665)</u>	<u>(8.051)</u>
	<u>(14.191)</u>	<u>(9.797)</u>
Receita operacional líquida	<u>374.634</u>	<u>348.610</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Despesas financeiras:</u>				
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	(104.522)	(121.537)	(145.301)	(164.739)
Outras despesas financeiras	<u>(1.304)</u>	<u>(8.102)</u>	<u>(4.242)</u>	<u>(8.224)</u>
	<u>(105.826)</u>	<u>(129.639)</u>	<u>(149.543)</u>	<u>(172.963)</u>
<u>Receitas financeiras:</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	9.272	11.177	13.028	12.622
Atualização depósito judicial e ativos vinculados - BNDES	-	-	8.419	5.098
Outras receitas financeiras	<u>544</u>	<u>460</u>	<u>661</u>	<u>854</u>
	<u>9.816</u>	<u>11.637</u>	<u>22.108</u>	<u>18.574</u>
	<u>(96.010)</u>	<u>(118.002)</u>	<u>(127.435)</u>	<u>(154.389)</u>

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	61.352	78.984	86.688	96.473
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(20.860)	(26.855)	(29.474)	(32.801)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	70.824	63.430
Efeitos de equivalência patrimonial	80.340	70.366	-	-
Crédito não constituído	(59.480)	(43.511)	(59.480)	(43.511)
Efeito sobre amortização do diferido	-	-	368	2.574
Outros Ajustes	-	-	-	393
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.762)</u>	<u>(9.915)</u>
Corrente	-	-	(18.130)	(9.595)
Diferido	-	-	368	(320)

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante acumulado de R\$ 694 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$635 milhões em 31 de dezembro de 2015). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
PIS / Cofins diferidos	4.165	3.729
IRPJ / CSLL diferidos	<u>3.514</u>	<u>3.146</u>
Total	<u>7.679</u>	<u>6.875</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

29. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	109.824	111.428	138.158	122.545
Contas a receber	-	-	43.745	27.430
Dividendos a receber	168.947	141.478	-	-
Outras contas a receber	406	600	445	260
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Ativos vinculados - BNDES	-	-	28.891	29.931

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	415	610	499	3.635
Empréstimos e financiamentos	645.944	652.954	991.049	1.073.127
Dividendos a pagar	46.721	25.874	46.721	25.874
Outros passivos	1.688	1.154	1.784	1.495

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

- (a) As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado para transações de natureza semelhante, e/ou;
- (b) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de financiamentos contratados na Controladora (IGPM) e nas controladas (TJLP).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (13,63%), TJLP (7,5%) e IGPM (10,5%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

<u>Consolidado</u>		<u>Exposição</u>			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Operação	31/12/16	Risco	Impacto				
Aplicação financeira	138.008	Diminuição do CDI	Resultado		17.682	13.262	8.841
Ativos vinculados ao BNDES	28.891	Diminuição do CDI	Resultado		3.820	2.865	1.910
Empréstimos - BNDES	(345.105)	Aumento da TJLP	Resultado		(37.962)	(44.432)	(50.903)
Empréstimos - Petros	(645.944)	Aumento do IGPM	Resultado		(131.773)	(148.729)	(165.685)
					<u>(148.233)</u>	<u>(177.035)</u>	<u>(205.837)</u>

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam instrumentos financeiros, os quais são mensurados ao valor justo em base recorrente, cuja hierarquia do valor justo é nível 2, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<u>Nível 2</u>				
Ativos vinculados - BNDES	-	-	28.891	29.931

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Ativos vinculados - BNDES: os valores de mercado dos ativos foram calculados através da valorização das cotas do fundo de investimento BB Comercial 17.

30. COBERTURA DE SEGURO

Seguro *Directors & Officers* (D&O)

A Companhia contratou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2017 e cobertura no montante de R\$30.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro no valor de R\$20.000 com vigência até 28 de abril de 2017 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2016, com vigência até 27 de junho de 2017, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$1.832.325 e lucros cessantes no montante de R\$371.760, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros da Companhia e suas controladas não foi examinada pelos auditores independentes.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado	3.580	9.088
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado	7.151	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo intangível	10.099	5.243
Baixa de depósitos judiciais em contrapartida à rubrica de compromissos futuros	-	4.231
Baixa de ativo imobilizado em contrapartida à rubrica de fornecedores	1.780	-
Atualização monetária da indenização de terras em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado	415	-

32. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 03 de fevereiro de 2017.

Composição do Conselho de Administração

Carlos Figueiredo dos Santos - Presidente	Paulo Celso Guerra Lage - Vice-Presidente
Cristiano Corrêa de Barros - Conselheiro	Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho - Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz - Diretor Presidente	Cristiano Corrêa de Barros - Diretor
--	--------------------------------------

Contador

Bruno da Silva Rodrigues
CRC RJ - 116272/O-6